

TRABALHO HONESTIDADE COMPETÊNCIA

CDU *Arouca*

PROGRAMA

PCP-PEV



AUTARQUIAS
*2017

“Arouca apresenta um território diverso em que se afirmam, com mais ou menos significado, recursos naturais, construídos e culturais que são condição de futuro e de qualquer processo de desenvolvimento integrado. É que o desenvolvimento, não confundir com mero crescimento económico, pode resultar do somatório de um número significativo de pequenas coisas, coisas essas que estão aí à disposição e que, muitas vezes, são esquecidas ou espezinhadas no altar de sonhos megalómanos mais ou menos decalcados de outras realidades. Ou de imediatismos que mais não conseguiram que degradar e exaurir o que a natureza nos deu, sempre numa atitude massificadora e sem qualidade que se vislumbre e seja sustentável a longo prazo. Pequenas coisas, muito mais importantes em concelhos do interior como Arouca é, apesar de tão perto do litoral.”

*in “Arouca. Desenvolvimento, Ambiente e Recursos Naturais”.
Caderno Temático do PCP – Arouca, Junho de 2013*

O programa eleitoral que a Coligação Democrática Unitária – CDU Arouca submete a escrutínio popular nas eleições autárquicas, do próximo dia 1 de Outubro de 2017, foi construído a partir dos programas eleitorais anteriores e da intervenção pública realizada nos últimos anos.

Apesar de se tratar de um acto eleitoral local está, contudo, inserido num contexto nacional marcado por uma solução de governo diferente do habitual, a qual, não configurando uma ruptura Patriótica e de Esquerda, dada a sua submissão às imposições de política económica da União Europeia -um sério constrangimento, no plano estrutural e de médio prazo, ao desenvolvimento económico do país e à melhoria das condições de vida dos portugueses -, tem permitido alguma reposição de direitos e rendimentos e possibilitado algum desafogo no bolso dos portugueses e algum crescimento económico ao país.

Apesar de insuficientes avanços (há “alguma reposição de direitos e rendimentos”), a marca e a opção ideológica do governo anterior do PSD/CDS saiu de cena (“cortes, congelamentos e privatizações”). Para os avanços conseguidos foi fundamental o contributo do PCP e do PEV, os partidos que constituem a CDU. São disso exemplo: a redução da taxa máxima de IMI, o alargamento da gratuitidade dos manuais escolares a todos os alunos do primeiro ciclo e os aumentos no salário mínimo nacional e nas pensões.

Tal como a CDU foi importante para os avanços no plano nacional, também, em Arouca, a CDU seria importante para o trabalho autárquico. Quem tem acompanhado o trabalho autárquico, particularmente o da Assembleia Municipal, tem constatado que é muito desigual a quantidade e qualidade da intervenção dos deputados municipais. Estamos convictos que autarcas eleitos pela CDU dariam um importante contributo, tanto no escrutínio da acção do poder executivo como na identificação de problemas e na apresentação de propostas para a sua resolução.

Seria, portanto, benéfica a diversificação da composição dos órgãos autárquicos, não só pela melhoria na quantidade e qualidade do trabalho dos eleitos mas, também, e principalmente, pela substância desse mesmo trabalho, pelas ideias em si, sobretudo se entre os eleitos houvesse gente da CDU nesses mesmos órgãos.

Ideias estas, medidas e propostas, organizadas em torno da consideração que Arouca vale pelo que tem de diferente das outras terras, o património natural, construído e imaterial, que recebeu como legado da natureza e dos humanos que nos antecederam. Do nosso ponto de vista é em torno da valorização e preservação do património existente que melhor se poderá construir o futuro de Arouca.

O património encarado não apenas como produto turístico, para vender aos que cá vêm, mas como instrumento de (re)construção, especialmente junto dos mais novos, da identidade e memória colectiva da terra e das gentes de Arouca.

Assim propomos:

1. GESTÃO E ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

Desenvolver uma efectiva política de descentralização de funções e competências concretizado através da(o):

- criação de um NÚCLEO DE PLANEAMENTO, estrutura constituída por todos os chefes de serviço, onde se faça o plano de execução física e financeira de todas as acções municipais e onde, mensalmente, seja prestada contas do planeado;
- adopção de uma rigorosa política de custos;
- descentralização das reuniões de Câmara e da Assembleia Municipal pelas freguesias, promovendo o debate e a participação dos munícipes;
- criação de um GABINETE CONSULTIVO MUNICIPAL, que integre agentes económicos, associações, colectividades, sindicatos, forças de segurança, escolas e outros, funcionando como órgão de consulta, aconselhamento e acompanhamento da actividade municipal;
- estabelecimento de protocolos, válidos para todo o mandato, com as Juntas de Freguesia em áreas como a programação cultural, a conservação do parque escolar e dos edifícios públicos e da manutenção das zonas verdes, acompanhadas das respectivas verbas em duodécimos. Esta é a única forma de acabar com a dependência das Juntas em relação à Câmara e de lhes criar condições de trabalho;
- identificação, com os trabalhadores da autarquia, de regras claras em relação às hierarquias e competências, revendo o organigrama dos serviços municipais; promover a participação dos trabalhadores e a sua formação contínua, no escrupuloso cumprimento dos deveres e satisfação dos direitos.

2. DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

O grande problema de fundo do município é a sangria demográfica, fruto de opções políticas nacionais de décadas – não apenas pela ausência de políticas de coesão territorial, como pela opção em encerrar e concentrar serviços públicos e que podem, agora, continuar em consequência dos incêndios, que ano após ano, consomem a floresta e o mundo rural –, que esvaziaram os concelhos do interior da mola que faz a vida rodar, a gente.

O concelho de Arouca, entre 2001 e 2016, viu a sua população residente passar de 24.144 para 21.302, uma quebra de 11,8 pontos percentuais (p.p.), com a faixa etária 0-14 anos a cair de 4.414 para 2926, correspondendo a uma queda de 33,7 p.p., a faixa etária de maiores de 65 anos a aumentar de 3.910 para 4.184, um crescimento de 7 p.p.. Os nados vivos caíram de 240 para 168, equivalente a menos 30 pontos p.p. - o pior registo foi em 2014 (153), em 2015 e 2016 houve um pequeno crescimento. Os óbitos passaram de 229 para 200, uma quebra 12,7 p.p., permanecendo, contudo, o saldo entre nados-vivos e óbitos negativo, 168 nascimentos para 200 óbitos, em 2016.

Apesar da resposta a este problema vir, essencialmente, do âmbito nacional e regional, sendo o investimento público e melhoria dos direitos laborais, do rendimento e do poder de compra no país, na região e no concelho as alavancas para tal, a autarquia deve dar o seu contributo, contributo este assente no aproveitamento integrado das potencialidades do concelho.

2.1 INFRA-ESTRUTURAS

Não há desenvolvimento sem a satisfação de algumas necessidades básicas e, em Arouca, urge concluir:

- a rede de abastecimento de água, recusando a sua privatização e/ou a sua gestão numa lógica mercantil, de modo a conseguir preços aceitáveis;
- as redes de saneamento básico e efectivar o tratamento de esgotos;
- uma eficaz rede de recolha de lixo em todo o concelho, dando particular atenção aos espaços públicos, recusando a privatização do serviço.

2.2 PATRIMÓNIO

Entendemos o património no seu sentido mais lato: infra-estruturas, património natural e construído, património cultural, arqueológico, geológico e paleontológico.

Ao conceito integrado do património, que de algum modo o Geoparque consubstanciou nas intenções e no papel,

importa, agora, dar, pela mão da autarquia, existência concreta e envolvendo as populações nesse desígnio.

2.2.1 Património Natural

Esta é uma das riquezas maiores do concelho, que importa preservar e rentabilizar, recorrendo ao aproveitamento de todos os fundos disponíveis, com a autarquia a dar o exemplo onde é proprietária florestal, a congregar vontades e a disponibilizar apoio técnico aos pequenos proprietários e às associações do sector. É necessário:

- iniciar um processo de ordenamento florestal que contemple a identificação de zonas prioritárias de intervenção, a plantação de carvalhos, sobreiros, castanheiros, a contenção da expansão desmesurada do eucalipto; a limpeza e manutenção das faixas laterais da rede viária primária e secundária, dos aceiros e dos corta-fogos e o apoio à pastorícia, à apicultura e à pequena agricultura;
- recuperar, ordenar e promover os nossos rios, efectuando regularmente repovoamentos, procedendo à limpeza do leito e das margens dos cursos de água, garantindo a vigilância e o acesso civilizado aos rios;
- desenvolver uma política de diplomacia com os concelhos a montante do rio Paiva, no sentido de encontrar uma solução para a falta de qualidade da água, por força de descargas poluentes;
- repovoar as serras e os rios com espécies autóctones em vias de extinção ou já extintas no concelho;
- valorizar e estimular a participação das associações ambientalistas e as escolas.

2.2.2 Património construído

Tendo em conta que grande parte do património construído é propriedade privada, a sua preservação e valorização implicam, pois, uma estreita colaboração entre a Câmara e os proprietários. Impõe-se:

- recuperar as aldeias tradicionais ainda susceptíveis de recuperação, num quadro de complementaridade entre o investimento público e o privado;

- definir regras claras e criar incentivos para a recuperação de alguns imóveis (habitações, moinhos, espigueiros, lagares de azeite, moinhos de linho, etc.);
- definir regras quanto à utilização de materiais e aos projectos de recuperação de imóveis, para reconstrução de aldeias tradicionais e em núcleos de grande interesse histórico.

2.2.3 Património cultural, arqueológico e paleontológico

Sendo muito rico e vasto o património histórico-natural existente é fundamental:

- recuperar e preservar os sítios arqueológicos do concelho, à semelhança do que se fez com os “geossítios”;
- criar centros interpretativos onde tal se justificar;
- proporcionar condições de trabalho necessárias à investigação arqueológica;
- valorizar o Museu Municipal, enquanto Museu Etnográfico;
- disponibilizar, nos espaços museológicos existentes, exposições temáticas para quem nos visita, para as escolas, associações e entidades do concelho, dando a conhecer o nosso património e preservando a memória colectiva.

2.3 AGRICULTURA

Não nos resignamos à ideia que terras férteis como as nossas vão sendo abandonadas.

Não sendo competência da Câmara, tentaremos com as organizações dos agricultores:

- elaborar uma carta de potencialidades que estude a terra e o clima e identifique as culturas que, do ponto de vista da produção, transformação e comercialização, sejam as mais recomendáveis ao nosso território;

- dinamizar e apoiar a agricultura de montanha e as suas práticas tradicionais, mormente a pastorícia;
- dinamizar a criação de estruturas de comercialização e transformação de produtos agrícolas;
- dar especial atenção à raça Arouquesa e ao cabrito da Gralheira e criar uma “Feira Nacional das raças Autóctones”;
- procurar uma solução para os resíduos da agricultura (plásticos, embalagens dos pesticidas, etc.);
- promover a industrialização dos produtos da terra e alcançar a certificação dos produtos tradicionais.

2.4 INDÚSTRIA

Arouca necessita de melhorar os níveis de industrialização que tem. Nesse sentido é importante:

- incentivar a instalação e/ou transferência das pequenas e médias empresas para as zonas industriais existentes ou para pequenas zonas oficiais a criar nas freguesias e destinadas às oficinas e pequenas indústrias, por forma a ordenar o território;
- colaborar com os industriais na procura de uma solução definitiva, para o tratamento de resíduos;
- garantir que o Parque Industrial de Escariz se efective, de facto, como um parque empresarial de negócios e inovação, que alie trabalho, formação e inovação, estabelecendo parcerias com instituições do ensino superior.
- criar o prémio “Investir em Arouca”, destinado a distinguir e ajudar o investimento de maior relevo em cada ano.

2.5 COMÉRCIO E TURISMO

O nosso comércio beneficiará das medidas tomadas em todos os outros domínios, particularmente o relativo ao património. Importa, contudo:

- promover a modernização do Comércio e defender o comércio tradicional;
- diversificar a oferta existente e fazê-lo de uma forma integrada, explorando todas as potencialidades do concelho;
- qualificar e aumentar as condições de acolhimento, promovendo a criação de uma pousada da juventude descentralizada, em último caso de iniciativa municipal;
- promover a modernização e formação dos agentes do sector, articulando-a com as entidades formadoras existentes no concelho;
- criar condições de alojamento nas aldeias tradicionais;
- criar umas Jornadas Anuais da Gastronomia que promovam a recuperação de pratos tradicionais, contribuindo para a preservação do nosso património gastronómico.

No sentido de melhor integrar e acompanhar todas as medidas propostas importa tomar duas medidas globais:

- criar um **GABINETE DO INVESTIDOR**, com recurso a técnicos municipais, estrutura onde os investidores terão um tratamento privilegiado, ao nível do apoio e acompanhamento técnico, visando a rapidez do processo administrativo;
- elaborar a **CARTA DE POTENCIALIDADES DO CONCELHO**, documento identificador das principais e mais prometedoras áreas de investimento. Servirá para promover a nossa terra, orientar potenciais investidores, ser um instrumento valioso para o planeamento regional e servir para uma atitude de negociação e exigência perante o poder central.

2.6 URBANISMO

Há medida que vão crescendo as áreas urbanas, particularmente na vila, esta área assume um papel cada vez mais importante. Nesse sentido as revisões do PDM devem contemplar:

- a manutenção (e a criação de novas, se necessário) de normas que privilegiem os valores fundamentais do nosso património e da nossa cultura;
- a dinamização do fecho em continuidade, da malha urbana da vila, em detrimento da expansão descontínua e desordenada;

- promoção de loteamentos municipais, em algumas freguesias como forma de ordenamento do território, de apoio a casais jovens e de combate à especulação.

2.7 ACESSIBILIDADES

Definimos duas grandes prioridades:

- a conservação da rede viária municipal, com especial atenção para reabilitação de algumas vias na parte nascente do concelho, votadas ao esquecimento nos últimos anos;

- a exigência da conclusão da Variante, até ao nó da A1 em Santa Maria da Feira e a construção da ligação Entre-os-Rios – Sever do Vouga.

3. SERVIÇOS PÚBLICOS

Os serviços públicos de proximidade são uma das condições essenciais para fixar as populações. Após quase uma década de encerramento e concentração de serviços – escolas, valências do tribunal, extensões dos serviços de saúde, freguesias – é necessário parar de vez este processo e revertê-lo onde as necessidades das populações o exijam.

3.1 EDUCAÇÃO E ENSINO

A autarquia deve assumir, cabalmente, as seguintes competências:

- garantir a conservação dos edifícios;
- assegurar o funcionamento de cantinas em todos os estabelecimentos de educação e ensino;
- alargar a educação pré-escolar a todas as crianças do concelho;
- apoiar as escolas com material pedagógico, particularmente o informático;
- rejeitar um novo processo de encerramento de escolas e de concentração escolar.

3.2 SAÚDE E APOIO SOCIAL

Não sendo sua responsabilidade directa, a autarquia deve:

- defender a manutenção das extensões de saúde existentes e a abertura de novas onde se justificar;
- contribuir no sentido de garantir a existência de uma Unidade Móvel de Saúde apetrechada com os recursos humanos e materiais necessários à sua acção;
- apoiar a construção e dinamização de Centros de Dia para idosos, garantindo a cobertura de todo o concelho.

4. POLÍTICA CULTURAL E DESPORTIVA E ASSOCIATIVISMO

A falta de envolvimento das associações na planificação e avaliação da política cultural, as potencialidades do património do concelho, a extensão do tecido associativo existente, o apoio ao associativismo muito centrado nas questões financeiras e com regras pouco claras e a oferta cultural e desportiva pouco diversificada implicam a introdução das seguintes medidas:

- envolver as associações na planificação e avaliação do planeamento cultural e desportivo anual, garantindo a

diversificação da oferta através da contratualização de protocolos;

- assegurar o essencial dos custos com a formação desportiva dos jovens, controlando a sua efectivação;
- apoiar o desporto escolar;
- promover a cultura popular, a recolha etnográfica e a diversificação das práticas culturais (teatro, música, dança, etc.);
- apoiar as associações e colectividades com base em princípios, regras claras e devidamente quantificadas.

5. JUSTIÇA, SEGURANÇA E PROTECÇÃO CIVIL

Embora muitas das competências destes sectores não sejam da responsabilidade da autarquia, o poder autárquico tem a obrigação de se bater pela superação das insuficiências existentes, ao nível das instalações, veículos e condições laborais dos profissionais, garantindo, assim, aos cidadãos a satisfação dos direitos à Justiça e à Segurança.

- apoiar a criação de um Julgado de Paz, tornando o Estado de Direito mais barato, mais célere e mais próximo dos cidadãos;
- testar o Plano Director Municipal de Protecção Civil e corrigir as insuficiências manifestadas;
- apoiar a cooperação com os Bombeiros Voluntários de Arouca, no sentido de melhorar as condições necessárias à sua missão;
- avaliar, juntamente com a corporação, a possibilidade de criação de um grupo permanente de combate aos incêndios e criar condições financeiras para a sua existência.

É esta a proposta de desenvolvimento que a CDU, Coligação Democrática Unitária, propõe para Arouca. Como se afirma na obra citada no início (e alma mater deste Programa Eleitoral):

“promover desenvolvimento tem que ser procurar a felicidade. E ser feliz é produto de amor. Pelos rios, pelas serras, pelos campos, pelas gentes. Aqui, na nossa terra.”

“Arouca. Desenvolvimento, Ambiente e Recursos Naturais”.

Caderno Temático do PCP – Arouca, Junho de 2013

Setembro de 2017

A Candidatura Autárquica da CDU Arouca

Câmara Municipal

Francisco Manuel da Cunha Gonçalves

António Alberto Alves Ataíde

Deolinda Martins Brandão

Carlos Manuel Coimbra Alves

Marino Barbosa de Pinho

Célia Regina da Rocha Andrade

Maria Manuela Amaro Guedes

Carlos Alberto Correia de Pinho

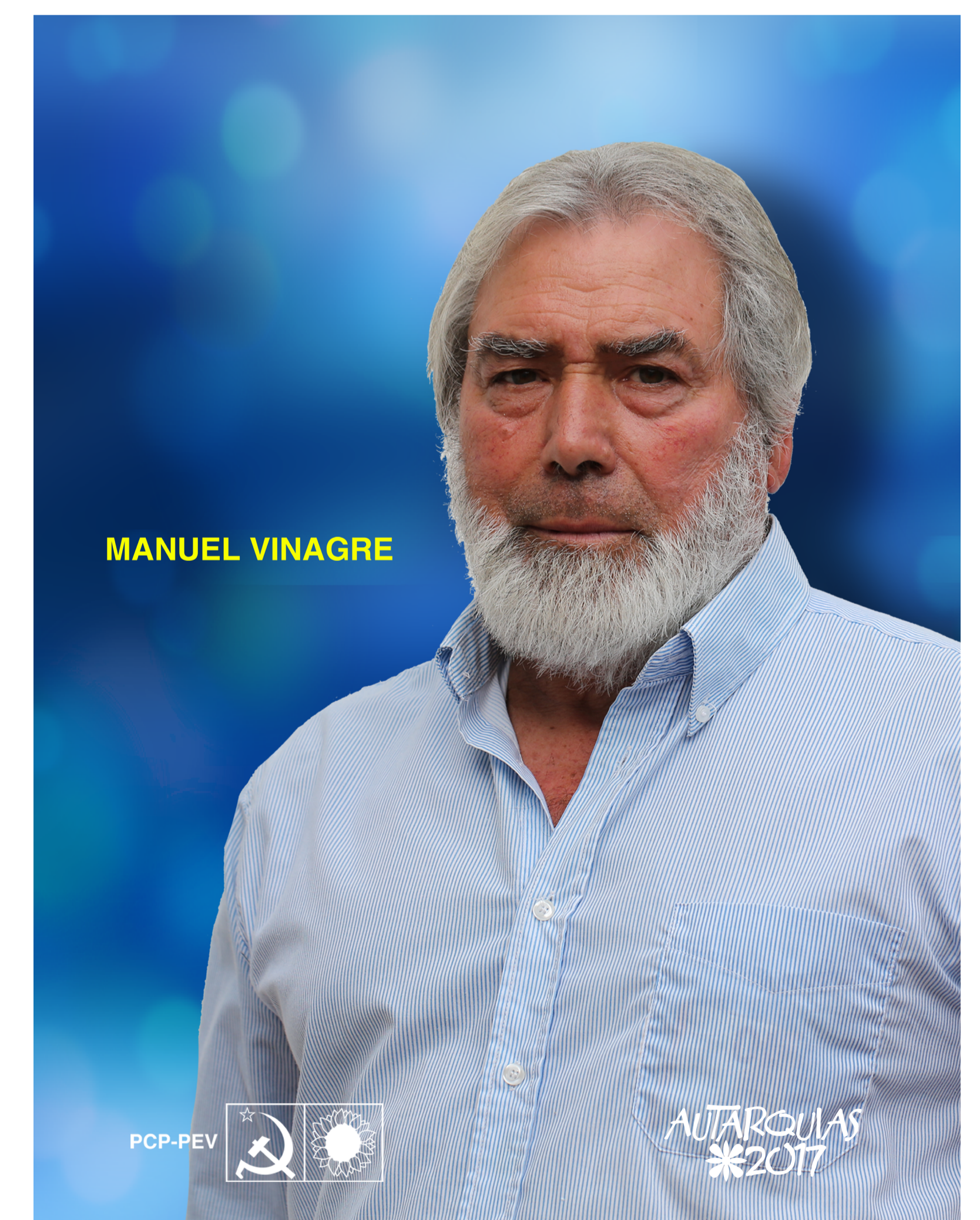
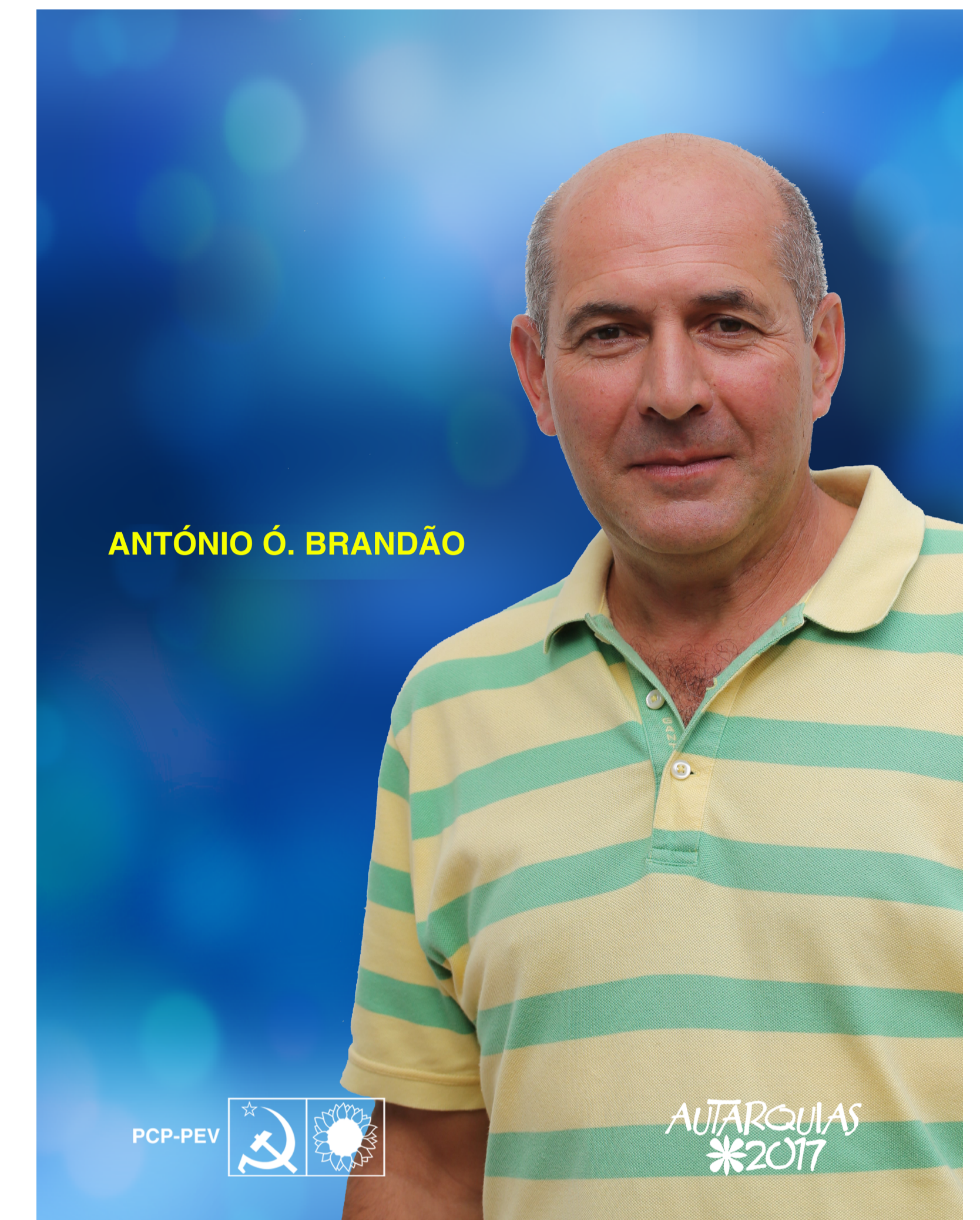
António de Jesus Moreira

Laura Isabel Vilas Holz



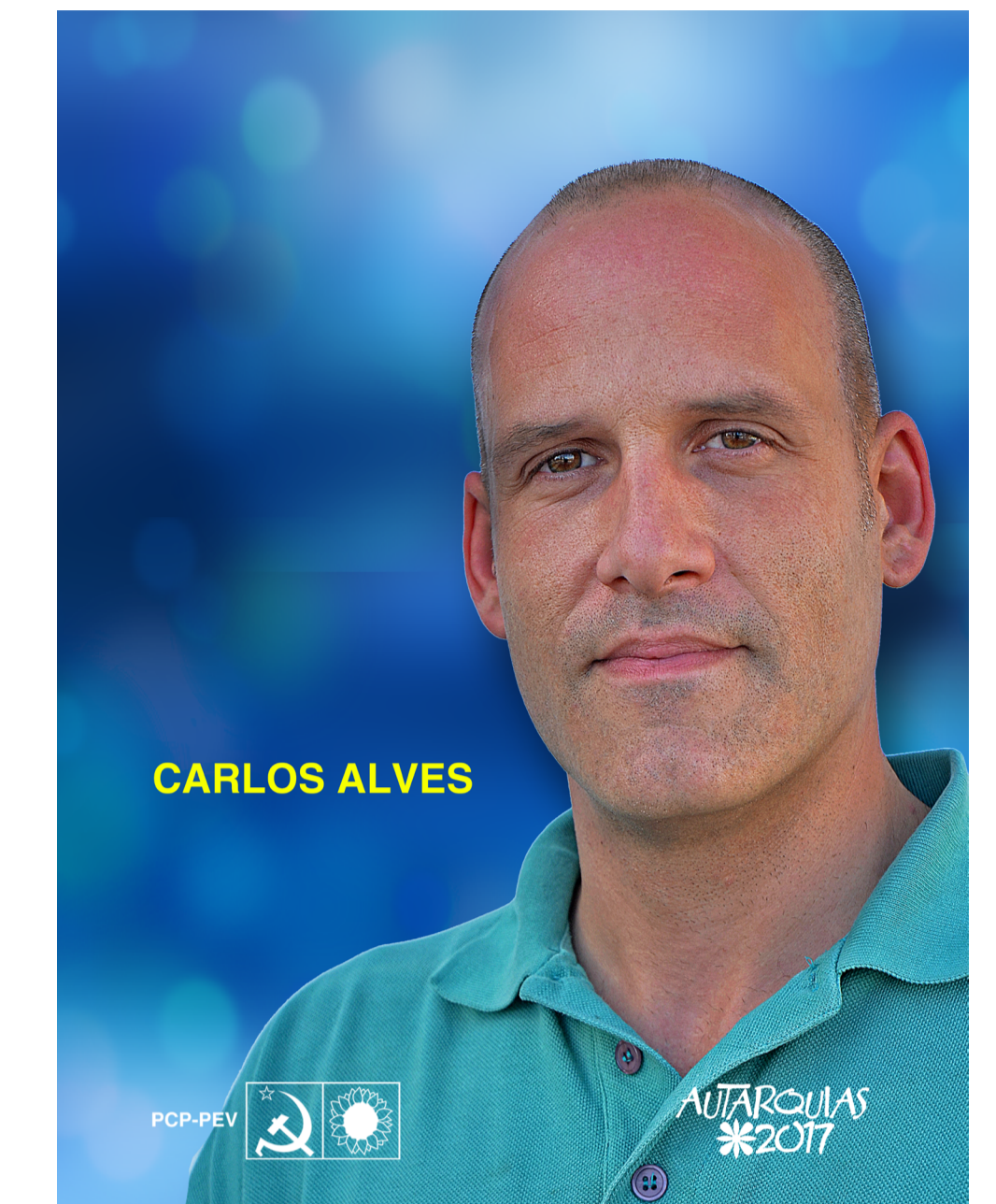
Assembleia Municipal

António Óscar de Azevedo Martins Brandão
Manuel António Gomes Vinagre
Benvinda da Conceição de Pinho Gomes
Carlos Alberto Correia de Pinho
Carlos Manuel Coimbra Alves
Célia Regina da Rocha Andrade
Francisco Manuel da Cunha Gonçalves
António Alberto Alves Ataíde
Marina de Almeida Oliveira
Fernando Tadeu Saavedra Pires de Andrade
Ricardo Rodrigues da Silva
Marianna Holz
Vitor Manuel Aguiar Lopes
Albano Paiva Perestrelo
Anabela Soares de Abreu
Armando dos Santos Pinho
Mário José de Oliveira Ferreira Pinto
Mafalda Sofia Gonçalves Granja
António Maurício Soares Ferreira
António de Jesus Moreira
Ana Rita de Azevedo Martins Brandão
Luís Alberto Ferreira António
Paulo Emanuel Fonseca Martins
Laura Isabel Vilas Holz
Jorge Manuel Oliveira Duarte
Liliana Isabel Soares Duarte
António de Almeida Azevedo Brandão
Regina Duarte Pinho Rodrigues



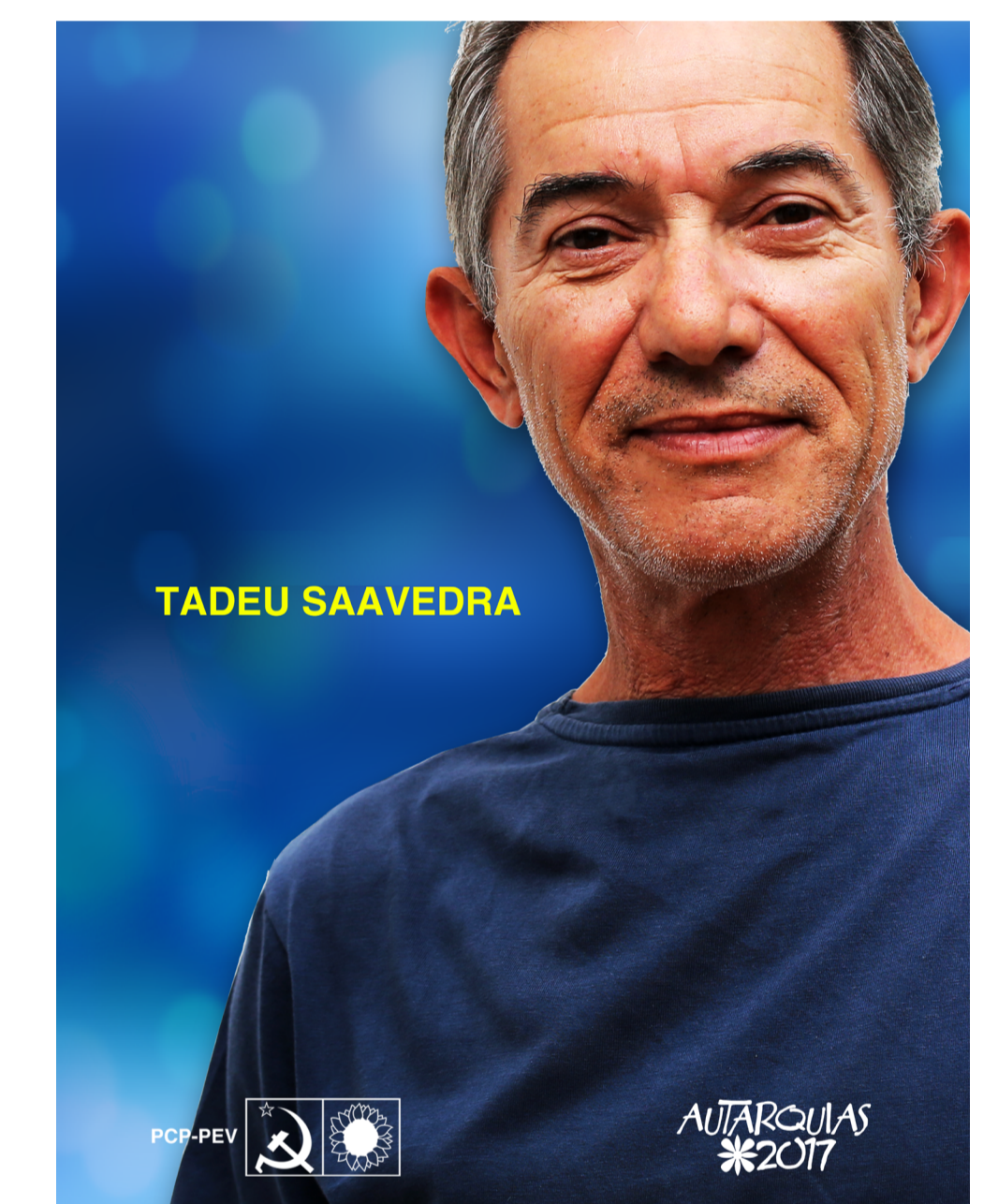
Alvarenga

Carlos Manuel Coimbra Alves
Manuel António Gomes Vinagre
Célia Regina da Rocha Andrade
Nelson João Teles Pereira
Lúcia Cristina Ribeiro Pereira
Júlio Fernando de Castro Matos
Benvinda da Conceição de Pinho Gomes
Jaime Manuel Ribeiro Machado
João Rafael Marques Santos
Maria Silvina Caeiro Miranda
Cândido Augusto Vermelhudo Delgado
Francisco José de Oliveira



Arouca e Burgo

Fernando Tadeu Saavedra Pires de Andrade
António Alberto Alves Ataíde
Marina de Almeida Oliveira
Armando dos Santos Pinho
Luís Alberto Ferreira António
Regina Duarte Pinho Rodrigues
Carlos Alberto Correia de Pinho
António Alves Mendes de Sousa
Maria Manuela Amaro Guedes
Carlos Alberto de Oliveira
Adriano dos Santos Pinho
Maria Isabel Mendes de Oliveira Diogo



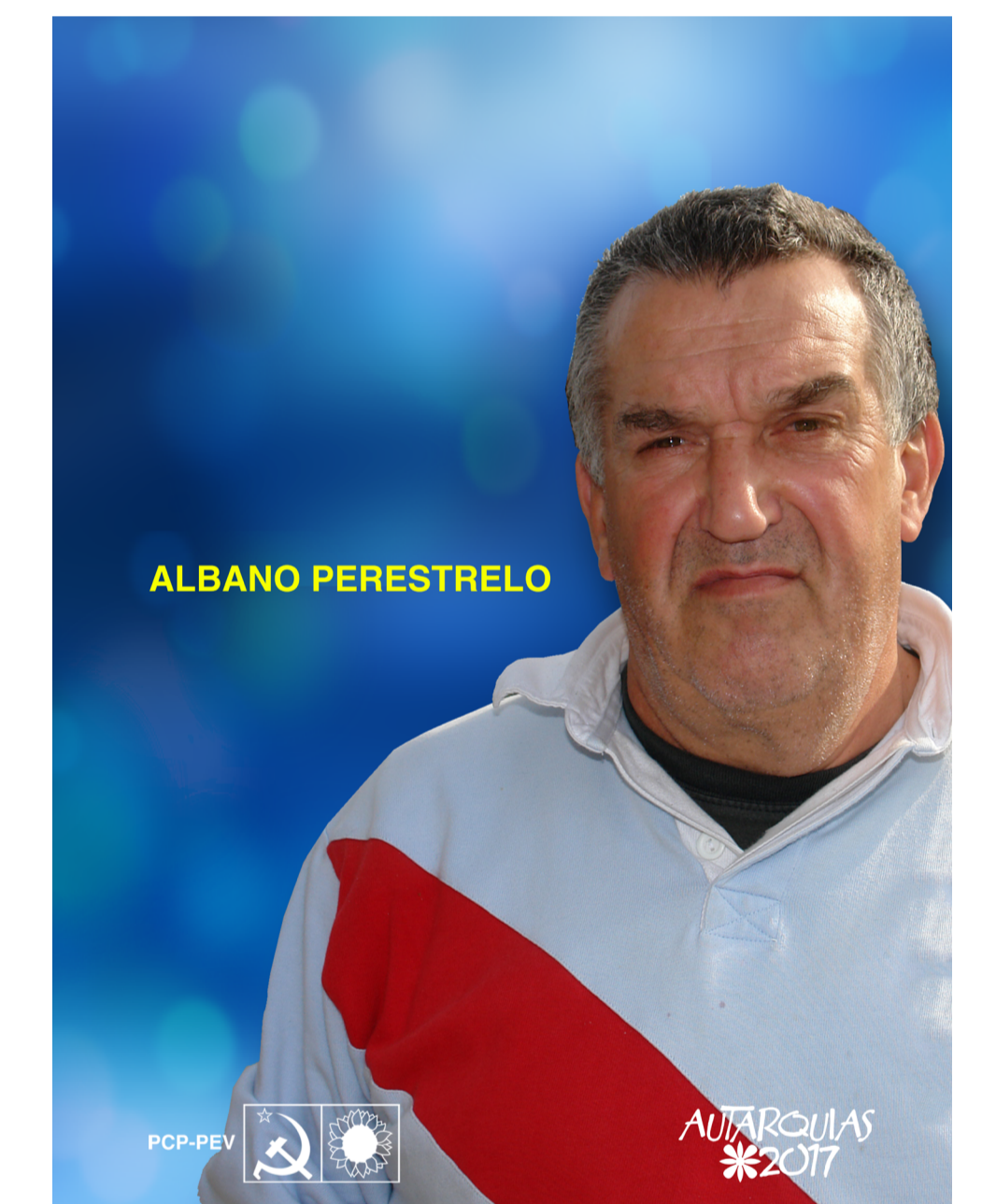
Canelas e Espiunca

Marino Barbosa de Pinho
Anabela Soares de Abreu
Mafalda Sofia Gonçalves Granja
Ricardo Rodrigues da Silva
Liliana Isabel Soares Duarte
António Maurício Soares Ferreira
Catarina Eufémia Rodrigues Moreira
Vitor Manuel Fernandes Barbosa
Tânia Sofia Ferreira de Pinho
Rui Pedro Santos Moreira
Sónia Isabel de Pinho Barbosa
Flávio Soares Lopes



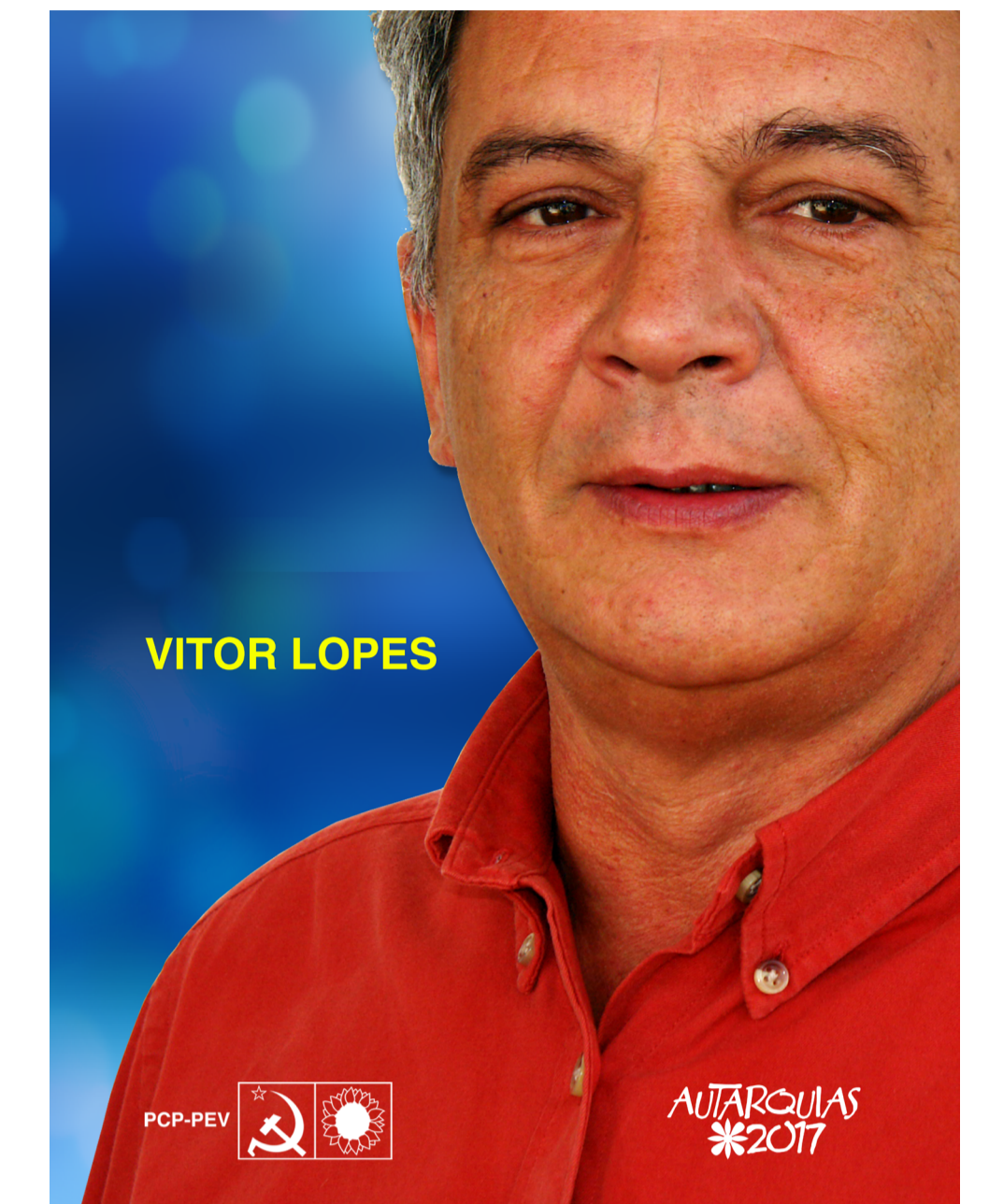
Fermedo

Albano Paiva Perestrelo
António de Jesus Moreira
Maria Elisa Alves Fura
Maria Teresa Lopes Azedo Nogueira Freire
Mário Rui Teixeira de Azevedo
Isilda Maria Boieiro dos Santos
Manuel da Silva Vieira
Leopoldo Venâncio
Teresa Maria Cortiçadas Barranho Oliveira
José Manuel Soares da Costa
Miguel de Sousa Ferreira
Afra D'Almeida Papa



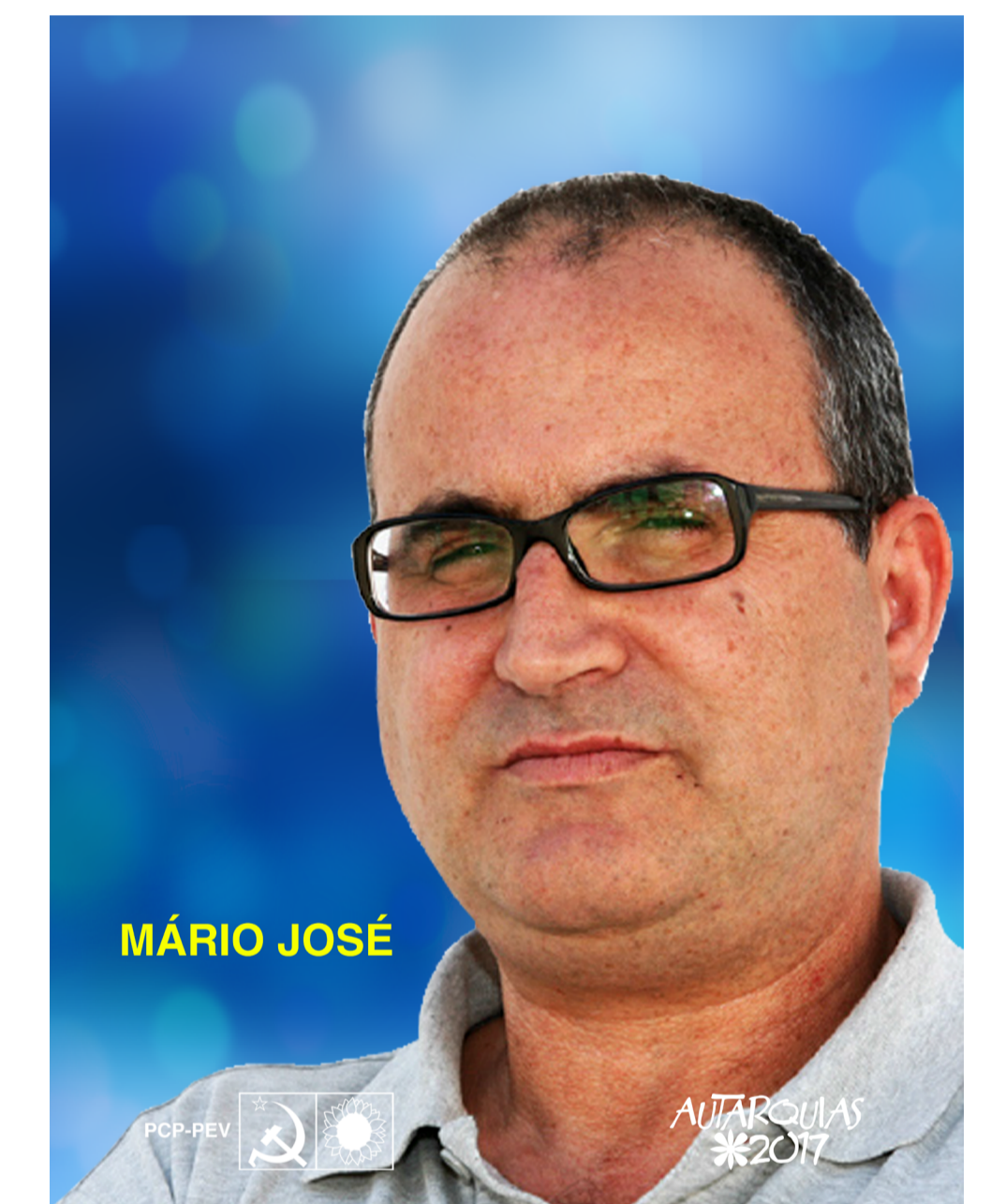
Rôssas

Vitor Manuel Aguiar Lopes
Ana Rita de Azevedo Martins Brandão
Ilidio Teixeira de Almeida
António de Almeida Azevedo Brandão
André Filipe Pinto Tavares
Maria Teresa Ribeiro de Almeida
Pedro Manuel Aguiar Vaz Pinto
António Óscar de Azevedo Martins Brandão
Anabela de Almeida Pinho
Paula Cristina de Almeida Pinho
Carlos Daniel Guedes Pinho
Deolinda Martins Brandão



Santa Eulália

Mário José de Oliveira Ferreira Pinto
Laura Isabel Vilas Holz
Jorge Manuel Oliveira Duarte
Tiago Heinrich Vilas Holz
Marília Alves Tavares Ferreira Pinto
Fernando da Silva Gonçalves
Marianna Holz
Getúlio António Almeida Teixeira
Tiago Gonçalo da Costa Pinho
Flávia Maria Correia Alves
Joaquim Ramos de Sousa
Vitor Ferreira Gonçalves



Tropeço

Elsa Hermínia da Silva Fonseca
Avelino Lemos da Silva
Luís Vitor de Castro Matos
Maria de Fátima Garrido Brandão Duarte
Paulo Emanuel Fonseca Martins
José Augusto Soares de Oliveira
Maria da Luz Alves Morgado
António Duarte dos Santos
Joaquim Laranjeira Alves da Costa
Maria Manuela Vilhena Gonçalves Mesuras de Jesus
João da Silva
António José Rodrigues da Silva

PCP-PEV



AUTARQUIAS
*2017